

O ATENDIMENTO DE REQUISIÇÕES JUDICIAIS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO CENTRO JURÍDICO SOCIAL E A INTERVENÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Gabriela Abrahão Masson, José Fernando Siqueira da Silva. Serviço Social – Serviço Social – Departamento de Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o trabalho profissional do assistente social no processo de requisição judicial do Benefício de Prestação Continuada (BPC) por Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs)¹ e suas famílias, atendidas no Centro Jurídico Social (CJS)². Este benefício, foi previsto pelo artigo 203 da Constituição de 1988 e regulamentado pelo artigo 20 da lei 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Ele dá a garantia de um salário mínimo a PPD e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família. Conforme rege o artigo 20 da LOAS,

Art. 20 - O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de 1(um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70(setenta) anos ou mais e que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida por sua família

§1º- Para os efeitos do disposto no “caput”, entende-se por família o conjunto de pessoas elencadas no art.16 da lei nº 8.213, de 24 de Junho de 1991, desde que vivem sobre o mesmo teto.³

§2º- Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa deficiente é aquela incapacitada para o trabalho.

§3º- Considera-se incapaz de prover a manutenção à pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

§4º- O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou em outro regime, salvo da assistência médica.

Sua requisição administrativa é feita pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), sob critérios rigorosos, que confrontam qualquer noção de direitos e garantias propostas pelas leis de assistência social.

Vê-se, a partir de então, que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, muito se avançou no que se refere à legislação aplicável. Buscou-se tornar mais digna e plena a vida desses cidadãos que, segundo dados oficiais⁴, representam 14,4% da população, ou seja, 24,6 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência.

No entanto, é necessário que tal benefício tenha um valor maior, posto que um salário mínimo não é suficiente para atender as despesas da PPD e do idoso, já que esses segmentos populacionais possuem gastos excessivos com remédios, aparelhos ortopédicos, deslocamentos e outras necessidades decorrentes da deficiência. Não desconsideramos a importância do BPC muito menos sua aplicabilidade, como um direito social conquistado, uma vez que em muitos casos a família sobrevive com o benefício. Apenas pontuamos que a renda de um salário mínimo é insuficiente para garantir a vida digna de uma PPD. Vale lembrar que é imprescindível que as políticas sociais tenham uma atuação conjunta com a concessão do benefício.

Na problemática apresentada o assistente social, através do trabalho profissional, também constituído pelo uso de instrumentos e de técnicas – construídos com base nas relações sociais vividas por este segmento –, tem o papel de contribuir para a equiparação de oportunidades sociais, culturais,

¹ Optamos por utilizar a terminologia Pessoa Portadora de Deficiência, pois encontramos uma grande variedade de denominações referentes ao tema. Está nos parece a mais utilizada nas legislações. Todas as vezes que nos referirmos a essa terminologia utilizaremos a sigla PPD. Na nomenclatura utilizada “Pessoa Portadora de Deficiência”, a palavra “deficiência” representa apenas um qualificativo, o núcleo é a pessoa. A expressão “pessoa portadora de deficiência” foi adotada oficialmente no Brasil, inclusive no texto constitucional, como a mais adequada para designar o segmento populacional a que se refere. A pessoa porta uma deficiência, não é deficiente. É apenas diferente ou possui limites, mas também potencialidades que não devem ser ignoradas.

² Criado em 1990 como o setor jurídico social e oficializado CJS em 1992, atualmente atende cerca de 230 solicitações por mês, sendo 28 atendimentos novos por mês e 10 retornos diários. O CJS presta serviços à comunidade que se desloca ao local quinzenalmente para retirar uma senha de atendimento para que posteriormente seja aberto ou não o processo.

³ Este parágrafo foi alterado pela Lei nº 9.720 de 30 de Novembro de 1998.

⁴ Dados estatísticos do censo demográfico de 2000, obtidos pelo Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, in PNAS, 2003, p.15.

educativas, auxiliando na criação de oportunidades através das interfaces com as políticas públicas. Contribui, assim, com a efetivação da cidadania dos PPD's, investindo em propostas que superem a dupla exclusão social: deficiência e vulnerabilidade social.

O assistente social, conforme indica Imamoto, sempre tem atuado nas diversas expressões da questão social. Ela é,

Aprendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum à produção social, é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2004, p.27).

Desse modo o assistente social trabalha com a questão social, nas suas mais variadas expressões cotidianas, sendo fundamental decifrar as novas e diversas mediações pelas quais elas se expressam na contemporaneidade. A instrumentalidade no Serviço Social (GUERRA, 1995) é uma instância de passagens que permite a realização da trajetória que se inicia na concepção, perpassando pela ação até a operacionalização e a avaliação.

Nesse sentido, o instrumental perpassa o eixo operacional da intervenção profissional Serviço Social, abrangendo não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades. Como afirma Martinelli (1994),

Concebemos o instrumental como o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permeiam a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção é possível atribuir-se ao instrumento a natureza estratégica ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e a técnica fundamentalmente a habilidade no uso do instrumental. (MARTINELLI, 1994, p. 137).

A instrumentalidade é, ao mesmo tempo, técnico-instrumental, teórico-metodológica e ético-política. Técnico-instrumental porque demanda uma competência quanto ao criar, ao selecionar, ao utilizar recursos para conhecer e organizar empiricamente a realidade; teórico-metodológica já que pressupõe um conjunto de conhecimentos que auxiliam na reconstrução e na análise da realidade; ético-política porque pressupõe a vinculação a um projeto societário que pode, ou não, tender à superação do instituído. Desse modo, segundo Sant'Ana (1995, p.128), o grande desafio do profissional de Serviço Social é *“conseguir fazer de sua prática profissional uma práxis política, coletiva, onde o usuário seja reconhecido como sujeito de direitos”*.

Para Sarmiento (1994), o Serviço Social necessita de uma rediscussão crítica em torno dos instrumentos e das técnicas. Segundo o autor o assistente social deve ter um domínio sobre a “maneira de levar a prática”, que também é realizada através dos instrumentos e das técnicas. São eles que permeiam a operacionalização da proposta de ação para uma posterior intervenção.

A formulação e o uso da instrumentalidade se esbarram em limites conjunturais e institucionais (também no caso dos PPD's), sendo importante que o profissional assuma uma postura crítica frente à realidade trabalhada negando uma postura de aceitação e submissão dos princípios neoliberais que acentuam as desigualdades sociais. Como afirma Dallari, é preciso:

Expressar um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1998, p.30).

Os direitos das PPDs são os mesmos do que qualquer outro cidadão. No entanto, essas pessoas têm necessidades específicas atreladas a sua própria condição que devem ser levadas em consideração sob a pena de permanecerem excluídas do convívio social. É importante ressaltar que, apesar de todas as garantias previstas, as PPD's continuam a vivenciar a exclusão e o preconceito, uma vez que a lei, por si só, não muda a realidade social. Como afirma Ribas (1995, p.12),

[...] na sociedade a palavra deficiente adquire um valor cultural segundo normas estabelecidas no bojo das relações sociais, ou seja, vivem uma realidade cultural que define o indivíduo “normal”, incluído em padrões de beleza e estética, voltados para um corpo estruturalmente bem formado. Aqueles que fogem a esses “padrões” agridem de certa forma, a “normalidade” e se colocam e são colocados fora da sociedade.

Portanto, o assistente social, através de sua formação regida pelo Código de Ética, pelo projeto ético-político da profissão e pelo referencial teórico-metodológico, é um profissional capacitado para trabalhar sob a visão da totalidade do ser social, constituído de suas singularidades, estando apto para atuar nas diversas manifestações da questão social que atingem as PPDs.

Através da discussão acerca do trabalho profissional desempenhado pelo assistente social a partir do CJS da UNESP, no processo de requisição do BPC para PPDs, estamos estudando se esse direito conquistado a partir da constituição é plenamente aplicado e acompanhado de ações que realmente garantam uma verdadeira habilitação e reabilitação dos usuários atendidos. É de extrema importância ter conhecimento sobre a apreciação das PPDs e de suas famílias em relação à intervenção profissional do assistente social, com o objetivo de aprimorar o trabalho social nessa área. O estudo ao redor da prática do Serviço Social (mais especificamente os instrumentos, as técnicas e procedimentos utilizados por esse profissional no atendimento a esses sujeitos), poderá propiciar novos elementos que contribuam para a prática profissional junto a esse segmento.

A pesquisa se desenvolveu no CJS, Unidade Auxiliar da UNESP – Campus – Franca, que atende a população economicamente carente, prestando orientação e acompanhamento sócio-jurídico. A Unidade atende ao município de Franca e as demais cidades correspondentes a sua comarca tais como: São José da Bela Vista, Restinga e Cristais Paulista. O CJS é o único espaço que atende gratuitamente as requisições judiciais do BPC, após o indeferimento via INSS, amparados pela Lei denominada Assistência Judiciária, nº. 1060/1950.

Em um primeiro momento foi feita a pesquisa bibliográfica e documental ao redor da temática para a ampliação do conhecimento sobre diversas fontes do saber em relação ao nosso estudo. Posteriormente partimos para a pesquisa de campo já finalizada.

Os sujeitos selecionados foram aqueles PPDs que nasceram com alguma das cinco deficiências ou a adquiriram ao longo da vida: física, auditiva, mental e múltipla. Um outro critério importante para a escolha dos informantes se relaciona com o período da investigação. Toda a nossa análise qualitativa levou em consideração casos que se caracterizam como BPC entre os anos de 2002 e 2005, período em que houve a maior incidência das requisições de BPC, contexto esse reforçado pelo fato do nosso estágio curricular também ter ocorrido no final do ano de 2004 e durante todo o ano de 2005.

Um terceiro critério geral para a escolha dos informantes foi que deveriam representar casos significativos, com atuação do assistente social, uma vez nosso objeto de estudo indaga sobre a intervenção desse profissional no processo de requisição do BPC por PPDs.

Visando respeitar a diversidade da amostragem nos anos selecionados e considerando uma quantidade representativa e numericamente reduzida pelo uso de entrevistas semi-estruturadas, transcritas e gravadas, foram selecionados 05 (cinco) informantes PPDs que vivenciaram situações diferenciadas quanto ao deferimento do BPC após o ingresso judicial: o indeferimento em todas as instâncias, em fase de solicitação e o ingresso após corte do benefício (sendo que este é revisado a cada dois anos). Essa amostragem, dentro das possibilidades, procurou ser a mais diversa possível.

Também foram realizadas entrevistas com as duas assistentes sociais que são as profissionais de Serviço Social do CJS e supervisoras de estágio, uma advogada e uma estagiária (do 4º ano de Serviço Social). Portanto a única fase ainda inacabada é a análise – propriamente dita – das entrevistas para que nossos objetivos outrora citados sejam contemplados. Todos os dados documentais e estatísticos referentes a requisições do BPC foram analisados e transcritos. As entrevistas realizadas com os usuários e assistentes sociais foram feitas, transcritas, e parcialmente analisadas.

Mediante a uma análise prévia, definimos a atuação do assistente social, especificamente nessa área, em duas instâncias: A primeira se dá a partir do primeiro atendimento através do estudo social em que o usuário expõe imediatamente sua demanda: a requisição. Verificam-se, então, as diversas razões que levaram o usuário (PPD) a solicitar o BPC, o que na maioria das vezes não significa, propriamente, para ele, a concretização de um direito social, mas sim a satisfação de uma necessidade imediata, a sobrevivência, tanto da PPD, quanto de sua família. A intervenção tem como ponto de partida o conhecimento da realidade, seguida de uma reflexão a cerca do BPC, sua instituição como um direito social e de como sua efetivação se dá no cenário brasileiro.

A segunda instância por nós identificada, diz respeito à importância da atuação profissional do assistente social, no decorrer do processo judicial do BPC, no CJS, diretamente vinculada com

intervenção da área de Direito. A partir do conhecimento da realidade (que neste caso, como dissemos, envolve o estudo social, como também atendimentos de prosseguimento e a visita domiciliar), haverá a elaboração de documentos – relatórios sociais – que posteriormente são anexados nos processos e efetivamente servem como verdadeiros mecanismos de inclusão, perante o juiz.

Já no que diz respeito à percepção da prática profissional do assistente social, durante as entrevistas verificamos que os usuários, às PPDs e suas famílias, possuem muita dificuldade em verificar e elaborar todas as diferentes relações que são estabelecidas durante o prosseguimento do processo vivenciado. Inicialmente a identificação de papéis ocorre de uma maneira muito lenta, pois o fato do atendimento ser realizado em duplas (advogado e assistente social) também exige uma apreensão ao redor de uma prática específica.

É importante atuar na perspectiva do direito social, do reconhecimento do ser social como sujeito histórico. É preciso trabalhar claramente nesta perspectiva com o usuário PPD, para que este não capte nossa atuação como um favor social. Acreditamos que a nossa própria postura profissional, na maioria das vezes, nos compromete, pois ela é calcada na escuta, no diálogo, na compreensão da realidade.

Acreditamos que este profissional, em sua atuação específica com usuários PPDs do CJS, deve se preocupar com esta percepção em relação ao trabalho profissional. Conquistamos este campo de trabalho e nossa prática interventiva é sólida. É necessário, agora, enquanto categoria profissional apresentá-lo, discuti-lo e enriquecê-lo.

Referências Bibliográficas:

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CRESS-SP (Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo). *Legislação Brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentalização da (o) assistente social*. São Paulo: O Conselho, 2004.
- DALLARI, Dalmo. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.
- GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- IAMAMOTO, Marilda. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*. 2ª. Edição, São Paulo: Cortez Editora, 1994.
- _____. *Serviço Social na contemporaneidade*. 3ª. Edição, São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUMROYAN, Elza. Um novo olhar para a questão dos instrumentos técnicos e operativos em Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*: São Paulo, 1994, v.15, n. 45, p137-141, MÊS. 1994.
- RIBAS, João B. Cinta Ribas. *O que são Pessoas Deficientes*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTANA, Raquel dos Santos. Um novo desafio para o Serviço Social: A Construção do Instrumental na Perspectiva do Método Materialista Dialético. Franca. Unesp. *Revista Serviço Social e Realidade*, v. 2, n. 2, 1995.
- SARMENTO, Hélder Boska De Moraes. Instrumentos e técnicas em Serviço Social: Elementos Para Uma Rediscussão. 1994.194p. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Universidade Católica de São Paulo, Campinas, 1994.
- SPOSATI, Aldaíza (org). *Proteção social e cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. 1º ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

Bolsa: FAPESP